



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 45

15/10/2013

O Informativo sobre a Estiagem no Nordeste entrevistou o Dr. Guilherme Henrique Figueiredo Marques, médico veterinário, Diretor do Departamento de Saúde Animal, da Secretaria de Defesa Agropecuária (DSA/SDA), deste Ministério. O Diretor abordou os aspectos da saúde animal na região Nordeste, no momento em que esta é assolada pelo segundo ano consecutivo de seca, destacando o combate à febre aftosa e os possíveis efeitos econômicos positivos que a condição ou status de livre da febre aftosa com vacinação pode trazer para a pecuária nordestina, caso seja aprovado o relatório brasileiro enviado à OIE (Organização Mundial de Saúde Animal).

Como o Senhor vê a questão da seca hoje e quais as perspectivas para contornar essa situação? O que o Ministério está fazendo para minimizar a os efeitos da seca?

Seguramente o que o Ministério está fazendo é muito mais do que as ações próprias da saúde animal. Não se poderia deixar de citar ações de outras áreas, entre elas: distribuição de milho subsidiado, venda a balcão, alongamento de prazos e dilatação de dívidas rurais para os municípios declarados em estado de calamidade pública. Na nossa área, especificamente em saúde animal, o que estamos fazendo é acompanhar sistematicamente a situação com vistas a poder reformular políticas sanitárias para aquela região, ao ponto que em algumas campanhas oficiais, por exemplo, a de vacinação contra a febre aftosa tem sido ou postergada ou até cancelada, tendo em vista a situação complexa de fome extrema que esses animais se encontravam. Posto que não é recomendável, tecnicamente, que se faça imunização de animais com essa condição física e fisiológica, e se fizesse poderia obter uma baixa eficiência de imunização e até levar animais a óbito e comprometer assim um programa sanitário que vem de longa data sendo executado com êxito em todo o País. Em alguns estados do nordeste dilatou-se o prazo de 30 dias para até 90 dias e para outros as campanhas semestrais deixaram de ser feitas, passando a ser anuais.

Recentemente, no Nordeste, fez-se um estudo de soropidemiológico que demonstrou, com um grau de confiança bastante significativo, que não há circulação do vírus da febre aftosa na região. Portanto, o eventual atraso na vacinação e a omissão de uma campanha de vacinação, devido à situação de agravo da seca, não comprometeram, do ponto de vista sanitário, os rebanhos. Visto isso, passamos a rever a condição sanitária do rebanho brasileiro para dar uma melhor condição de manejo.

Além disso, tratamos a Região como uma unidade; não trabalhamos com estados separadamente, por entendermos que ali é uma região única. Tivemos, em um determinado período, que isolar dois estados do restante da região, por meio de barreiras ao trânsito, entre outras formas de separação, até que esses estados correspondessem às expectativas sanitárias atingidas pelos demais. De forma tal que pudéssemos tratar a região como unidade, pois o fluxo de mercadorias e animais é muito estreito, por questão de sobrevivência. Portanto, as políticas devem ser propostas de forma regional e não apenas de forma isolada.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Quanto à questão da vacinação que o Senhor comentou, poderia discorrer a respeito se haverá alguma área no nordeste declarada Livre de Aftosa sem vacinação assim como foi feito com Santa Catarina? Ou haverá áreas declaradas Livres de Aftosa com vacinação?

Embora tenha ocorrido atraso na vacinação e até omissão de uma campanha, a condição de livre de aftosa sem vacinação está longe de ser alcançada, pois esse é o status máximo que chega um País ou uma zona em relação à febre aftosa. E não significa apenas retirar a vacina. Necessita de um aprimoramento e um fortalecimento da barreira primária e da vigilância, que é a barreira secundária, que os estados adotam para sua proteção. Hoje, a estrutura veterinária que o nordeste detém permitiu que o Ministério declarasse essa região como livre de aftosa com vacinação. A estrutura mínima que existe dentro desses estados, somada a ausência da circulação do vírus de febre aftosa na região nos permitiu declará-los com reconhecimento nacional como livre de aftosa com vacinação. E estamos falando em quase 22 milhões de bovinos!

Em 11/10/2013 encaminhamos o relatório à OIE a qual, de posse desse relatório, vai discutir o pleito brasileiro com um grupo de especialistas em saúde animal. Se o grupo julgar que o relatório é oportuno, está bem feito, dá as garantias e estas atendem os requisitos internacionais; aprovará o relatório e submetê-lo-á à apreciação do comitê científico da OIE. Se este endossar o relatório do grupo especialista, submete a apreciação dos 178 Países membros, em um prazo de 60 dias para análise e manifestação. Se após esse prazo todos os questionamentos feitos pelo mundo forem rebatidos a contento pelo Brasil e nossas considerações forem convincentes, e nós acreditamos que elas são em maio do próximo ano, quando da Assembléia Geral dos Delegados da OIE, será dado o reconhecimento internacional dessa região como Livre de Aftosa com Vacinação. O que proporcionará o livre acesso desses animais para as outras regiões do Brasil e, obviamente, a abertura de mercados importadores.

Se for considerada em maio de 2014 como Livre de Aftosa com Vacinação, quais os benefícios que a região nordeste ou seus pecuaristas podem esperar? Quais os benefícios que poderão vislumbrar a curto, médio e longo prazos?

A curto prazo, o acesso imediato a todo o mercado nacional. Poderá, também, mandar a genética caprina, a qual é mais de 60% do rebanho nacional, para todos os rincões do País com a simples emissão de guia de trânsito animal (GTA), que é o documento que ampara o controle de trânsito de animais no País. Neste documento, além de outras informações, tem-se a origem, o destino e a quantidade de animais; então, de imediato, abre um leque de opções de mercado dentro do País. Há nichos dentro do Nordeste de animais de alto valor genético, isso é fato. Presenciei, em exposições agropecuárias locais, a existência de animais de alto valor genético de diversas espécies que é de interesse tanto do restante do Brasil adquiri-los quanto de outros países. São animais extremamente adaptados às condições adversas, proporcionadas por nossos sertões. Lembrando que isso se conquistou tendo uma situação de zona não livre de aftosa. Portanto, se com essa condição não privilegiada conseguiu-se chegar a alguns nichos extremamente competitivos quanto à questão



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

genética, o que dirá quando a Região for mundialmente reconhecida como zona Livre de Aftosa com Vacinação.

No médio e longo prazos, o foco será atender aos mercados internacionais em cima de certificações específicas. As certificações já existem e podem ser imediatamente incorporadas. Outros mercados podem ser abertos conforme a conveniência do exportador e interesse do importador. O que ficará a cargo do setor privado brasileiro, que sabe trabalhar bem esse tema.

Paralelamente, percebemos que nos locais contemplados nessa nova área livre há proposta de aquisição de frigoríficos, de criação e de implantação de novos frigoríficos, pois se vislumbra um aumento expressivo dos preços das terras e do preço da arroba dos animais, exatamente pela perspectiva que o setor privado brasileiro terá com essa abertura, com esse status novo, permitindo assim alcançar mercados que eram inatingíveis para essa região.

O Nordeste tende a se equiparar, senão ultrapassar o Pará na questão de venda de animais em pé. Hoje, 90% das exportações de animais vivos saem do Pará. Esses animais provêm do próprio Estado e de estados nordestinos. Portanto, estes podem e serão fornecedores de animais para recria e engorda, o que vai restabelecer um fluxo comercial, um circuito pecuário bastante interessante para essa região. E deverá trazer desenvolvimento.

Quais as perspectivas para a bovinocultura de corte e leite, caprino e ovinocultura nordestina? O que o Senhor vislumbra de alimentos para esses animais na região do semiárido?

Acredito que ocorrerá uma especialização do rebanho principalmente de caprinos e ovinos, pois o que tem impedido os nordestinos de ampliarem os rebanhos dessas espécies e investirem em melhoramento genético é a condição sanitária hoje presente. Essa condição gerou um grande desestímulo aos produtores em investirem nessa região, pois tamanha era a burocracia, para transitarem seus animais do Nordeste e do norte do Pará para o restante do País, que inviabilizava o negócio dos pecuaristas e muitos deixaram de investir por causa disso. Portanto, a partir de maio, quando a OIE reconhecer a região como Livre de Aftosa com Vacinação esse impedimento não deverá mais existir. Agora é natural que o Maranhão e seu vizinho Pará serem receptivos à bovinocultura devido à extensão que possuem esses estados, por suas características pluviométricas, entre outras condições locais; o que os diferem de outros que possuem uma ampla região sertaneja. E o sertanejo, em determinados períodos, como nesta seca que estão passando, deve se desfazer de seus animais sob pena de esses morrerem.

Quanto à alimentação no campo: palma, palma, palma. Pastagem em época de grande estiagem sofre uma descontinuidade tremenda. O que resistiu nesse período foi apenas a palma, permitindo uma sobrevivência aos animais da região. Contudo a palma tem sofrido o ataque da cochonilha-do-carmim (*Dactylopius coccus*), a qual se tornou uma praga pela má condução de sua proliferação e manejo inadequado; embora seja uma cochonilha de interesse comercial para o homem para a produção de corante cor de carmim. Nas regiões que não plantaram as palmas resistentes não foi



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

possível a manutenção dos animais. Diferentemente do que se viu para aqueles que plantaram a palma resistente. Portanto, uma linha que o Ministério deveria enveredar esforços é para o estímulo ao pantio de palmas resistentes, a fim de fazer frente a épocas de estiagem fortes como a que estamos passando.

O Senhor poderia fazer algumas considerações finais?

Como considerações finais tenho a acrescentar questões sobre frigoríficos e abatedouros. Há de se mensurar o fato de que um frigorífico só não é a solução dos problemas, ao ponto que os produtores poderão ficar a mercê desses frigoríficos para poderem comercializar seus animais. O que podemos fomentar, pois já estamos fazendo em várias regiões do País, é a venda de animais vivos. Já há mercados abertos para esse tipo de comercialização tanto de animais para abate imediato, quanto para engorda e reprodução. Podemos contar com mercados na Venezuela, Egito, Líbano e Turquia. E é um nicho muito propício para a região Nordeste, pois ela está em um ponto estratégico para exportação via marítima para os países acima citados. É diferente de eu falar sobre um projeto dessa magnitude para o Mato Grosso ou Goiás, por exemplo. Exportação de animal vivo é um potencial para a região que se pode buscar, pois o Nordeste possui vantagens competitivas que nenhuma outra região tem. Com a proximidade com a Europa, economizar-se-á muito em frete e poder-se-á agregar valor ao produto.

Um navio leva de 20 a 30 mil animais meio sangue e meio gordos que terão sua terminação no navio, já que passam de 20 a 30 dias até chegarem ao destino. Esses navios se parecem com fábricas de ração, a fim de que os animais desembarquem gordos. O preço desses animais é alto quando comparado ao preço pago para os animais de abate na região nordestina.

O Ministério tem condições de aprovar um estabelecimento para embarque, pois já há legislação que estabelece as diretrizes a serem cumpridas para autorização desse tipo de estabelecimento. Os animais ficam em situação de quarentena em estabelecimentos quarentenários. Nestes será feita uma bateria de exames conforme exigência do importador. Após o período de quarentena é permitido o embarque. Sendo a zona reconhecida internacionalmente como livre de aftosa a partir de maio de 2014 só será necessário existir empresários interessados e ter oferta de matéria prima. O Pará é hoje o fornecedor de 90% de animais vivos para o mercado externo, pois já possui essa condição, além de ter aptidão para pecuária, o que pode vir ocorrer com a região Nordeste. Com esse reconhecimento mundial o céu será o limite para os pecuaristas nordestinos. Porém serão necessárias políticas públicas para fomentar a produção e o Ministério, mais especificamente a Secretaria de Defesa Agropecuária buscará mercados externos para nossos pecuaristas. Hoje somos importadores de carne de ovino e de caprino do Uruguai e, a partir de maio, poderemos reverter isso, passaremos a ser auto-suficientes nesses tipos de carne e, em um futuro próximo, seremos até exportadores desses produtos.